Publicação do Conselho Regional de Psicologia CRP - 07

Março/abril 2001 Nº 7 ANO II

entre Linhas

Resenha

Agenda

Notícias

entrevista Maria Cristina Carvalho

A realização do IV Congresso Nacional mobiliza a categoria a pensar ações e diretrizes profissionais para os próximos três anos

FORA DOS CONSULTÓRIOS

A experiência do Pró-Jovem



O futuro da Psicologia *em nossas mãos*



CRP-07 lança prêmio monográfico

editorial

Congresso Nacional da Psicologia.

O nome é pomposo. Seus objetivos grandiosos. Sua efetividade, no entanto, é árdua e requer trabalho e envolvimento dos psicólogos com as questões que direcionam os rumos da Psicologia enquanto ciência e profissão. Muitas vezes não percebemos que a Psicologia também compreende um conjunto de leis, formas de inserção profissional, políticas de saúde, mercado de trabalho, e tantas outras coisas. Quando entramos na profissão naturalizamos os fatos, como se as coisas estivessem desde sempre postas de uma mesma forma. Felizmente temos possibilidade de mudar os rumos e planejar a direção que queremos tomar. Neste sentido, o ano de 2001 é ímpar pois, antes de tudo, estabelecer os rumos da profissão a partir de teses elaboradas pelos psicólogos e que os Conselhos deverão cumprir, é o objetivo maior do Congresso Nacional.

Não bastasse isso, teremos também as eleições que renovarão as gestões dos Conselhos Regionais e Federal de Psicologia. Dando início a este processo estamos chamando um encontro para o próximo dia 28 de março. Aqueles que se sentirem de alguma forma convocados, serão bem vindos.

Finalmente, outra ação que destacamos para este último ano de gestão é o I Prêmio Monográfico do CRP 07. O tema escolhido envolve a formação do psicólogo e o espaço de supervisão. Psicólogos e estudantes de psicologia podem começar a rascunhar.

Mãos a obra!

Gestão Conexão

Gestão Conexão

• Ana Cristina Blaskoski Carissimi
• Andréa Giesen Lompa
• Aurinez Rospide Schmitz
• Bernadete Magalhães Trindade
• Célia Angelina Trevisi do Nascimento
• Janice Castilhos Gomes
• Maria Regina Krás Borges
• Patrícia Schroeber
• Rejane de Oliveira Pousada
• Siloé Rey
• Simone Poester Schmidt
• Vera Elisabeth Verissimo

Diretoria

Presidente:
• Andréa Giesen Lompa
Vice-presidente:
• Janice Castilhos Gomes
Secretária:
• Célia Angelina Trevisi do Nascimento
Tesoureira:
• Simone Poester Schmidt

Comissão de Comunicação

• Andréa Giesen Lompa • Siloé Rey • Vera Elisabeth Verissimo • Walter Firmo de Oliveira-Cruz

Conselho de Psicologia do Rio Grande do Sul / CRP-07
Sede
Av. Osvaldo Aranha, 1423 – sala 102
90035.191 – Porto Alegre/RS
Telefone/Fax: (51) 335.1838 330.3458
E-mail:
crp07@portoweb.com.br; crp07@crp07.org.br
Site:
www.crp07.org.br

Seção da Serra
Rua Sinimbú, 2091/416
95.020-004 – Caxias do Sul/RS –
Telefone (54) 223.4529
Representante:
Patrícia Schroeber

Seção Sul
Rua Félix da Cunha, 772/304
96.010-000 – Pelotas/RS –
Telefone (532) 27.4197
Representante:
Giovani Cantarelli

• Os artigos publicados com assinatura são de inteira responsabilidade do autor e não traduzem, necessariamente, a opinião do Conselho Regional de Psicologia.

• Cartas, artigos e outras manifestações devem ser encaminhadas à Comissão de Comunicação. Os artigos devem ter, no máximo, 35 linhas. Por questão de espaço, as cartas podem ser resumidas.

entre Linhas

"Senti muita vontade de cumprimentá-los por esse iniciativa tão "legal" de oferecer uma lembrança aos psicólogos do 07. Parabéns a todos os conselheiros e coloboradores."
Isabel Doval

"Por la presente, la Coordinadora de Psicólogos del Uruguay desea agradecer a Uds. el envío del Calendario para el año 2001 y de la revista Entre Linhas"
Coordinadora de Psicólogos del Uruguay

"Agradecemos o gentil envio de jornais do CRO-07, por sinal muito bem elaborados, e gostaríamos de deixar nossos sites à disposição para divulgar eventos. Academia Brasileira de Psicologia: www.psicologia.org.br. Academia Internacional de Psicologia: www.psicologia.org.br/internacional"
Wania Morgado
Secretária Geral

"Nossos agradecimentos ao CRP-07 pelo envio de materiais divulgativos – folder e calendário, bem como a publicação EntreLinhas – cujo teor das matérias revelam a preocupação deste Conselho com assuntos sempre atuais e de grande interesse à sociedade."
Carlos Gilberto de Oliveira
Diretor Regional do SESC/RS

Edição e textos: Mônica Kanitz (MTb 8103)
Design gráfico: Clo Barcellos
Impressão: Pallotti
Tiragem: 7 mil exemplares
Peridiocidade: bimestral
Distribuição gratuita

Refúgio no centro da cidade

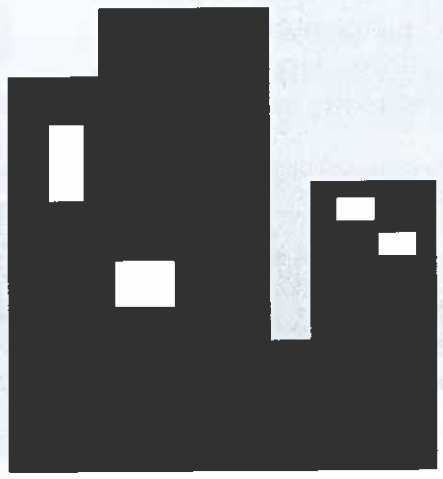
Foto dos consultórios

O Estatuto da Criança e do Adolescente deixa bem claro que todas as crianças e adolescentes têm direito a serviços médicos e amparo em caso de maus tratos ou qualquer outro tipo de sofrimento. Apesar disso não ser corriqueiro na realidade brasileira, esta diretriz é levada muito a sério pela equipe do Ambulatório Pró-Jovem, ligado à Secretaria de Saúde de Porto Alegre.

A coordenação do ambulatório está sob a responsabilidade da psicóloga Maria Eliete de Almeida desde maio de 1998, mas seu envolvimento com o Pró-Jovem vem do tempo em que este pertencia à Santa Casa e priorizava o atendimento médico e psicológico a adolescentes gestantes e vítimas de maus-tratos. Nesta época, Maria Eliete trabalhava junto aos Conselhos Tutelares e foi transferida para a Santa Casa justamente porque o Pró-Jovem ampliaria seu atendimento, incluindo adolescentes usuários de substâncias psicoativas e em situação de rua. Mas, pouco tempo depois, a Santa Casa resolveu extingüir o Pró-Jovem, que foi, então, absorvido pela Secretaria de Saúde de Porto Alegre. Desde janeiro de 1997, a capital gaúcha mantém este serviço, com algumas mudanças e melhorias sistemáticas. Uma delas foi sua integração ao Programa da Atenção Integral para Crianças e Adolescentes Usuários de Substâncias Psicoativas (Paiacauspa), do qual participam várias secretarias municipais. Outra foi a participação de técnicos do Pró-Jovem na equipe de educação de rua, que conta com profissionais que abordam os adolescentes que vivem pelas praças e ruas da cidade para detectar situações de risco, incluindo aí a drogadição e a exploração sexual. Uma mudança que também merece destaque foi a própria transferência do Pró-Jovem, que saiu de instalações pequenas na Galeria Malcolm para ocupar várias salas do edifício Santa Marta graças a um convênio com a Unicef. "Apesar destas mudanças preservamos a marca do Pró-Jovem, que é atender situações de maus tratos e vulnerabilidade social. E hoje somos um serviço de referência na Saúde Pública de Porto Alegre", ressalta a psicóloga Maria Eliete.

Acolhimento

"Nos grupos de acolhimentos, que normalmente são feitos semanalmente durante um mês, avaliamos quem precisa seguir em psicoterapia individual ou a necessidade de uma conversa com os pais, o que poderá resultar em outra modalidade de atendimento, que são os grupos de pais ou mães. Nestes encontros ainda podemos perceber quem está apto a voltar para casa ou precisa de um tratamento mais efetivo", conta a psicóloga. Dependendo da sua necessidade, o jovem também poderá consultar com médicos ou participar das oficinas que são oferecidas no Pró-Jovem, como Informática, Psicopedagogia e Terapia Educacional. Segundo Maria Eliete, os grupos são importantes porque significam uma troca de experiências entre os usuários, que conversam sobre seus problemas a partir de assuntos determinados por eles próprios (pode ser sexualidade, cuidados com o corpo, respeito pelos outros, importância da família, violência urbana, efeitos das drogas).



É uma proposta de intervenção interdisciplinar, marcada por avaliações e discussões semanais sobre o andamento do serviço.

O Pró-Jovem

funciona no segundo andar do Edifício Santa Marta, bem no centro da capital, num local de fácil acesso para o público ao qual é destinado: adolescentes que têm entre dez e 20 anos e convivem com situações de maus-tratos, sejam familiares ou sociais. Os adolescentes que buscam os serviços do Pró-Jovem - foram cerca de 330 no ano passado – normalmente vêm encaminhados por outras entidades, como os Conselhos Tutelares, os Centros Comunitários, hospitais, abrigos municipais, Juizado da Infância e da Juventude ou unidades da Febem. Seu ingresso no ambulatório é chamado de acolhimento e feito com horário previamente marcado, em grupos ou individualmente.

O trabalho da equipe

"Todas estas pessoas que estão aqui acreditam no que fazem. E não poderia ser diferente porque não lidamos com casos simples, mas sim com as mazelas da vida, e todos estão conscientes de que não dá para fazer de conta que isso não existe", diz Maria Eliete. A equipe também encara de frente o fato de que é muito difícil recuperar completamente estes adolescentes que chegam todos os dias ao Pró-Jovem e, muitas vezes, desaparecem para voltar tempos depois. "O que nós tentamos é fazer com que eles mudem suas perspectivas de vida. Procuramos entender o que aconteceu através da sua história de vida para então estabelecermos um contato terapêutico individualizado, não impondo condições rígidas para o tratamento. O próprio jovem é que precisa se dar conta que sua vida será melhor se ele largar a droga ou procurar ajuda quando for mal tratado dentro de casa", avalia Eliete. "E muitos vêm aqui só para conversar, para encontrar alguém que os escute. E isso, para nós, é muito importante".

Na equipe coordenada por Maria Eliete trabalham 12 profissionais, incluindo psicólogos, assistente social, terapeuta ocupacional, médico clínico, psiquiatra, psicopedagogo, auxiliares de enfermagem e estagiários.

Psicólogos *discutem o futuro* da profissão



Cidadania, ética, qualidade e compromisso social são palavras que estarão muito presentes do cotidiano dos psicólogos brasileiros durante os próximos meses. É que estes conceitos se destacam no tema do

IV Congresso Nacional de Psicologia

marcado para o período de 21 a 24 de junho, em Brasília. Conseqüentemente, estarão na pauta dos pré-congressos e congressos regionais que começam a ser realizados pelos CRPs de todo o país. Os do CRP-07 já estão marcados (confira no destaque).

A reflexão e o debate propostos pelo Conselho Federal de Psicologia através do IV Congresso Nacional de Psicologia são de fundamental importância para a categoria. O tema

Qualidade, Ética e Cidadania nos Serviços Profissionais – Construindo o Compromisso Social da Psicologia

aponta para a necessidade de aperfeiçoamento, para a participação dos psicólogos na construção de suas entidades e identidades profissionais, para um programa de futuro envolvendo a psicologia brasileira. E este debate, amplo e urgente, segue a fórmula da

participação + propostas + discussões = DECISÕES.

Por isso a importância dos pré-congressos e, mais ainda, da presença de todos os psicólogos, já que serão estes os responsáveis pela elaboração de teses que vão se transformar em diretrizes para a profissão. Vem sendo assim desde a realização do primeiro Congresso Nacional, em 1994, quando este assumiu a condição de instância máxima do sistema Conselhos, deliberando propostas que serão implementadas e seguidas pelos CRPs no próximo triênio (os Congressos Nacionais são realizados a cada três anos).

Os pré-congressos também são o momento de escolha dos delegados que vão participar do congresso regional e, a partir deste, representar o CRP no Congresso Nacional. O número de delegados de cada região é definido na Assembléia de Políticas Administrativas e Financeiras (APAF) realizada antes do Congresso, mas a previsão é que o encontro de junho reúna cerca de 170 participantes, devidamente indicados pelos seus CRPs. Para participar dos pré-congressos e ser escolhido delegado é necessário estar regularmente inscrito no CRP-07.



Congresso Regional
Porto Alegre
Dia 5 de maio 14h
Auditório do CRP-07

Agende-se e participe !

Pré-congressos regionais

Caxias do Sul
Dia 7 de abril, às 14h, na sede da Seção da Serra do CRP-07

Pelotas
Dia 7 de abril, às 14h, na sede da Seção Sul do CRP-07

Porto Alegre
Dia 28 de abril, às 14h, no auditório do CRP-08

Santa Maria
Dia 28 de abril, às 14h, no auditório da faculdade de Psicologia da UFSM

Passo Fundo
Dia 28 de abril, às 14h, em local a ser definido

Exemplos de teses aprovadas no III Congresso Nacional de Psicologia

Políticas Públicas
Direitos Humanos e Cidadania

Que os Conselhos Profissionais de Psicologia criem comissões de direitos humanos no âmbito de sua jurisdição, constituídas não só por psicólogos, mas também por vários segmentos da sociedade (profissionais de outras áreas, usuários, instituições formadoras, entidades de defesa e associações, entre outras), com o objetivo principal de discutir, propor e desenvolver estratégias e ações para o pleno desenvolvimento da cidadania.

Políticas Públicas
Qualificação dos Psicólogos para Intervir nas Políticas

Os Conselhos Profissionais de Psicologia deverão, em conjunto com as agências formadoras, o Sindicato dos Psicólogos e os profissionais dos diversos segmentos de atuação, promover fóruns privilegiados de discussão e construção de diretrizes e estratégias políticas visando:

- **dimensionar as práticas desenvolvidas e os problemas do exercício profissional;**
- **avaliar as implicações éticas das condições de trabalho às quais os psicólogos estejam submetidos;**
- **refletir sobre o lugar da psicologia e do psicólogo na implementação das ações contextualizadas sócio e politicamente;**
- **avaliar os efeitos dessa prática na consolidação da cidadania.**

A que Ética nos referimos no Trabalho Educativo?*

Ângela Lângaro Becker
Psicanalista, membro da APPOA, professora da Unijuí, mestranda em Psicologia Social e Institucional pela UFRGS

Todo trabalho educativo está ligado a um conjunto de valores determinados por algumas crenças e concepções que produzem diferentes efeitos no sujeito contemporâneo. Interessa examinar aqui o trabalho educativo como um modo de supor o sujeito na sua relação com o outro, cujo resultado possa ser de agressividade ou de criatividade, dependendo dos pressupostos que a dirigem. Através da escuta clínica e da observação das transferências possíveis dentro de instituições educativas, chegam a mim questões relativas ao sentimento de fracasso, de impotência e anacronismo por parte daqueles que ocupam funções transitórias ou permanentes de transmissão. Refiro-me ao sentimento geral de que o lugar de suposto saber não está mais onde era reconhecido antes, mas ainda é destes lugares anteriores que se espera uma resposta de autoridade. A queixa sistemática é de que, apesar das boas intenções paternas na educação dos seus adolescentes, das boas intenções da escola com relação a seus alunos e das mesmas boas intenções do estado em relação aos seus cidadãos, os efeitos destas parecem crescer na direção da violência, deixando muito pouco lugar ao que Freud acreditava ser um bom encaminhamento das pulsões, a sublimação, o ato criativo. Cabe, portanto, examinar a que tipo de fundamento ético estão ligados estes modos de expressão educativos que transitam de uma geração à outra e cuja transmissão produz resultados cada vez mais distantes dos considerados civilizatórios.

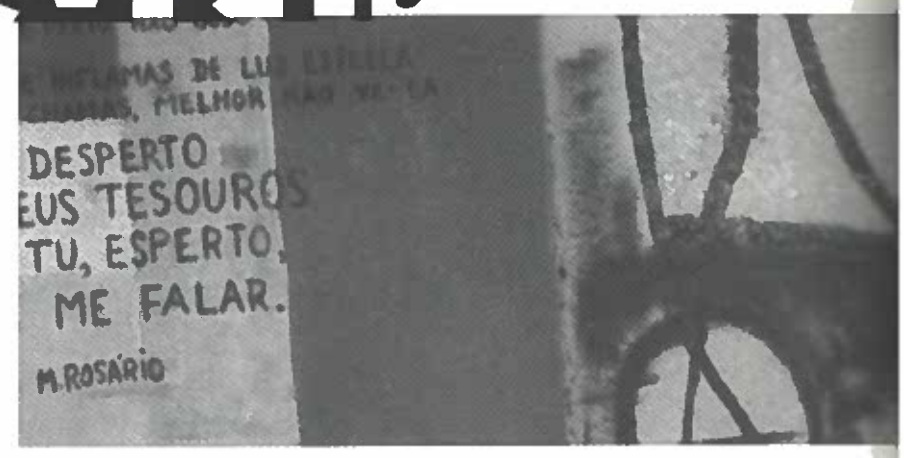
A permanente reivindicação ética, que hoje se faz presente como um clamor, acaba num discurso saturado cujos efeitos sintomáticos no social estão cada vez mais distantes dos chamados direitos humanos. A saturação da reivindicação ética está presente no pedido das famílias para que as escolas se ocupem em transmitir os valores que os pais não se sentem mais autorizados a transmitir. Também está presente na reclamação contundente dos cidadãos quanto a uma maior eticidade de seus governantes e, ainda, no questionamento quanto aos limites éticos das descobertas e empreendimentos no campo científico. Enfim, nunca se falou tanto em ética e talvez nunca a tenhamos experimentado como um conceito tão vazio de sentido. Isto nos faz pensar que a demasiada preocupação com a ética quanto à insistente queixa de que o ser humano está voltado para o mal e precisa ser reconduzido sem tréguas ao caminho do bem, coloca-o numa posição vitimária diante do mundo. Certamente esta posição recuperadora dos bons valores nos faz entender o adolescente contemporâneo como quem precisa de ajuda e não de independência. O que nos traz uma constante frustração quanto à gratidão que deveria retornar e, no entanto, é sempre ausente. Ao contrário, nossos esforços parecem retornar como aumento do sintoma social da violência.

A consistência ética está no compromisso com a singularidade, na constituição de um sujeito da verdade. Esta não dá lugar a "interessar-me por mim e perseguir meus próprios interesses egóicos e narcísicos. Por isso mesmo, é preciso pensar no quanto é possível sustentar um legítimo interesse pelo outro numa época em que o valor do indivíduo é o valor supremo e que toda intenção benfeitora de igualdade busca muito mais transformá-lo num igual a mim do que na verdade incluí-lo como diferente. Isto se expressa claramente na expressão de algumas educadoras que recebem crianças em suas salas de aula: "E agora, e se ele não aprender como os outros?" A exigência de que a inclusão faça uma igualdade entre os sujeitos é uma das posturas éticas responsáveis pela sintomática da agressividade e pela não-construção de um caminho singular criativo. Este só é viável na medida em que não esteja recalcado o aspecto estrutural das intenções agressivas no laço entre semelhantes, isto é, que esteja considerada a rivalidade necessária para que tenhamos também em cada um de nossos pares a dimensão idealizada do terceiro. Isto é, a incompletude subjetiva precisa ser respeitada da mesma forma que o único caminho para não repetir o mal indefinidamente (é tudo o que tememos) é acolher o silêncio e a interrogação que nossos erros provocam, obedecendo ao que Adorno chamou de "interdito da reconciliação".

São muitas as conseqüências práticas a partir destes pressupostos, por exemplo, sabe-se que uma defesa indiscriminada da idéia de inclusão de alunos especiais no ensino regular, embora baseie seus argumentos na luta pela igualdade, nos direitos de acesso à escola, à cidadania, etc. corre um sério risco de agravar a sintomática subjetiva, para aquelas crianças às quais este conflito se apresenta como uma demanda excessiva. Quem trabalha com a subjetividade sabe que a educação só tem alguma chance de ser inclusiva, na medida em que alargar suas fronteiras éticas, destituir-se de uma missão culposa em relação às suas origens religiosas e puder oferecer um espaço para cada aluno em especial. Por isso é de extrema importância refletir sobre os discursos que circulam no social, que visa "reformar" o "predador moderno" ou "incluir" as "Vítimas" desta mesma modernidade. Toda tentativa de preenchimento deste lugar de verdade, toda tentativa de formular um saber para este lugar de um não-sabido, toma o sujeito como razão, toma-o como identidade não como subjetividade e leva-o à impossibilidade de "inventar" uma verdade para si. Portanto, torna-se fundamental distinguir a visão vitimária e culposa do homem perante o mal, da sua inclusão efetiva e tenaz no processo de uma verdade.

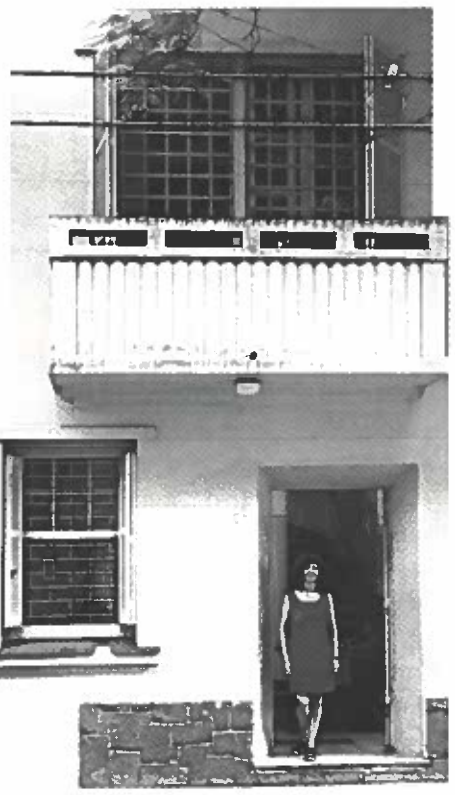
No trabalho do psicólogo, é preciso muito cuidado no engajamento destes imperativos de uma causa justa representados por alguns discursos contemporâneos "politicamente corretos", mas subjetivamente desastrosos: comunicar-se plenamente, sermos iguais através da inclusão, democracia é igualdade, etc. Estas aparentes lutas para o bem representam o rechaço de todo o mal que Freud já nos revelava a partir de 1920, aquele que faz parte constitutiva do ser humano. E é desta negação que produzimos a cada momento a repetição do totalitarismo que queremos ver apenas no outro. É importante reconhecer o quanto é culposa toda ética assistencial e o quanto, por isso mesmo, ao invés dela nos livrar do passado (holocausto), nos faz enunciá-lo a cada momento de transmissão, a cada intenção educativa.

*** Estas idéias estão trabalhadas com mais elementos no texto " O trabalho educativo como ética contemporânea" publicado pelas Artes e Ofícios em O Valor Simbólico do Trabalho e o sujeito contemporâneo.**



Um porto seguro *para doentes mentais*

A psicóloga Maria Cristina Carvalho está à frente de um projeto que acolhe, atende e ajuda aquelas pessoas em sofrimento psíquico. Batizado com o sugestivo nome de CAIS, o Centro de Atenção Integral à Saúde Mental tem uma estrutura aparentemente simples: pessoas em crise ou recém saídas dela passam o dia numa casa ampla, onde são ouvidas, têm acompanhamento de especialistas, fazem suas refeições e desenvolvem alguma atividade terapêutica. Mas o fato é que a estrutura do CAIS – ligado à Secretaria de Saúde de Porto Alegre – vem se mostrando eficaz, já que, na maioria dos casos, consegue evitar a internação proporcionando um tratamento continuado e em ambiente protegido quando necessário. E, muito mais do que isso, trata os usuários com a dignidade que merecem, devolvendo a eles a noção de cidadania e favorecendo a ampliação de seus horizontes sociais. Nestas páginas, Maria Cristina Carvalho da Silva dá um depoimento consistente sobre suas atividades à frente do CAIS 8, do qual é coordenadora. Atualmente, o CAIS 8 funciona na avenida José Bonifácio, nº 71.



EntreLinhas - Como funciona o atendimento no CAIS?

Maria Cristina Carvalho - Para cada usuário se estabelece um plano terapêutico com a indicação de diferentes modalidades terapêuticas, tais como psicoterapia, atendimento psiquiátrico, terapia ocupacional, grupos, oficinas, atendimento na área de enfermagem e serviço social. A periodicidade das atividades bem como a permanência em CAD (Centro de Atenção Diária) é definido também quando se estabelece o plano terapêutico, sendo este reavaliado constantemente. O CAD caracteriza-se pelo espaço protegido, funciona em regime de turnos. Os usuários em situação de crise permanecem durante o dia e integram-se as diferentes atividades. Para ingresso e alta no CAD consideramos o grau maior ou menor de autonomia em que se encontra o usuário em decorrência dos efeitos que a crise acarreta, tanto subjetiva como socialmente.

E - O outro CAIS que existe em Porto Alegre também tem esta estrutura?

Cristina - Há um CAIS que funciona na Vila dos Comerciários desde 1993, com características mais ambulatoriais. Acabou sendo mantido nesta modalidade porque foi o primeiro serviço especializado da rede de Saúde Mental. Assim como o CAIS 8, o da Vila dos Comerciários também tem uma equipe interdisciplinar, com atendimentos em grupos e oficinas. A proposta sempre foi que os CAIS tivessem essa modalidade de atendimento diário que implantamos aqui, mas só conseguimos estruturar, por enquanto, este da José Bonifácio..

E - Os CAIS são uma alternativa à internação? O médico pode optar em mandar uma pessoa para cá ou para a internação?

Cristina - O critério que utilizamos para receber uma pessoa em crise é que ela não esteja colocando em risco sua vida ou a de outros. Já tivemos casos de pessoas que tinham planos de suicídio e, como o serviço só funciona durante o dia, é fundamental que elas tenham uma retaguarda familiar ou de outra instituição. Se não, ela precisa ser internada. Mas cada vez mais começamos a tratar de pacientes em início de surto ou nos quais identificamos a primeira crise, com bons resultados. É que procuramos realmente fazer um trabalho interdisciplinar. Temos intervenções psiquiátricas, com medicamentos, que são importantes, mas ainda existem todas estas outras atividades. Todos os profissionais da equipe – enfermeiros, psicólogos, terapeutas ocupacionais, psiquiatras, assistente social, professor de educação física e auxiliares de enfermagem – estão habilitados a escutar os pacientes e intervir nas diferentes situações que se apresentam no dia a dia.

E - As pessoas vêm para cá encaminhadas por alguém ou espontaneamente?

Cristina - Como integramos os serviços que constituem a rede de Atenção em Saúde da cidade de Porto Alegre e gerenciados pela Secretaria Municipal de Saúde, trabalhamos de forma integrada com os demais serviços. Somos um



serviço especializado e oferecemos ao usuário uma modalidade de atendimento intermediário entre o regime ambulatorial (oferecido pelas equipes de saúde mental e ambulatórios) e a internação psiquiátrica. Nossa prioridade é o trabalho com pessoas em situação de sofrimento psíquico grave, sejam psicóticos ou neuróticos graves em crise. Assim, as equipes de Saúde mental da rede de assistência nos encaminham aquelas pessoas cuja abordagem nesse nível ambulatorial não está se mostrando eficaz. Recebemos, também, encaminhamentos dos hospitais psiquiátricos, de ambulatórios ligados a hospitais como o Clínicas e o HPV, entre outros. Os albergues municipais e a equipe de assistência social de rua da FASC também são serviços que nos encaminham pacientes.

E - Quais papéis mais os psicólogos desempenham na rede municipal de saúde mental

Cristina - Os psicólogos trabalham nas diferentes equipes que constiuem a rede de atenção. A rede municipal tem hoje os seguintes serviços: sete equipes de saúde mental distribuídas nos diferentes distritos de saúde; dois Centros de Atenção em Saude Mental; equipe de Saúde Mental do Pam Santa Marta, especializada no atendimento de crianças com problemas de desenvolvimento e aprendizagem; o Pró-Jovem, destinado ao trabalho com adolescentes vítimas de maus tratos e vulnerabilidade social; Casa Harmonia, para adolescentes usuários de substancias químicas e o serviço de Urgência 24 horas em saúde mental; e uma Moradia Protegida. Ligada ao Cais 8 temos a Oficina de Geração de Renda, onde os usuários participam de oficinas e grupos, constituindo um espaço de trabalho protegido. Temos aprendido a trabalhar em equipe e pensar as questões da Saúde de uma maneira integrada com as outras profissões e saberes. Existe uma cultura hoje que precisa mudar. As pessoas, quando têm problemas de saúde, tendem a procurar imediatamente as urgências dos hospitais, quando já existe serviços bem equipados nos diferentes bairros da cidade. A Secretaria de Saúde tem uma diretriz que determina que todas as atividades de saúde pública deveriam ser atravessadas também por um olhar da saúde mental. E quem presta consultoria para isso são as equipes, onde se concentram os especialistas. Espera-se que nas unidades básicas o olhar seja mais generalista e, quando surgirem situações que exijam a abordagem do especialista, que esta seja encaminhada para a equipe de saúde mental. Já fizemos, por exemplo, consultoria para as equipes dos albergues, que começaram a receber doentes mentais há pouco tempo, o que os ajuda a entender e desmistificar um pouco certas situações.

E - E quanto ao atendimento dos moradores de rua?

Cristina - Trabalhamos com a Equipe De Atendimento Social de Rua da FASC. Quando há uma situação identificada essa equipe nos procura e com eles vamos atender a pessoa onde ela estiver. Temos o caso, por exemplo, do seu C.. um morador de rua que vivia provocando o rechaço dos outros. Ele nunca aceitou sair da rua, mas, com o trabalho continuado, hoje ele já busca espontaneamente tanto o Cais, para participar de oficinas e fazer seu acompanhamento psiquiátrico, quanto o Centro de Convivência do albergue para realizar sua higiene. Como não tem tido crises e se mantém estável já não provoca o rechaço dos moradores. Atendemos outras situações em que os familiares da pessoa foram localizados e hoje ela já não mora na rua. A equipe, quando necessário, faz a avaliação e os medica na rua. Entretanto, sabemos que muitos dessas situações de pessoas e famílias inteiras que estão na rua implicam outras ações por parte do Estado, tais como habitação, moradia, trabalho protegido e etc.

E - Existe um tempo determinado para um paciente ficar no CAIS?

Cristina - Temos particularidades, como a leitura interdisciplinar e o entendimento psicanalítico sobre a questão da clínica, o que nos permite pensar a relação do paciente com a instituição. Temos alguns critérios, como a alta do CAD 1 para o 2 ou deste para o ambulatório. Isto não tem um tempo cronológico... Mas a nossa experiência mostra que as crises, geralmente, duram duas semanas, aí os paciente passam do CAD 1 para o 2, de acordo com o plano terapêutico que se estabeleceu (oficinas + atendimentos diários). Tivemos um paciente esquizofrênico que permaneceu três anos em CAD. Estava em atendimento ambulatorial nos últimos meses, e agora, que precisa fazer uma cirurgia, está novamente em Cad. A perspectiva de fazer uma cirurgia, ter seu corpo cortado, produziu uma crise. Como a cirurgia é necessária, ele vai permanecer em CAD até que possa vir a lidar com essa nova situação. Temos um número de usuários que vem só para consultas ou oficinas, há ex-pacientes que precisam voltar, há outros que melhoram, voltam para suas atividades cotidianas mas mantêm o Cais como uma referência importante. Há um ir e vir, de acordo com as vicissitudes que a vida de cada um lhes coloca. Buscamos a reabilitação, o abrir possibilidades de inserção social, mas isto depende da historia de vida e do grau de comprometimento que ela produziu em cada um.

E - Como foi a construção desta história, deste serviço que representa muito para a saúde mental e contribui para o resgate da dignidade dos doentes?

Cristina - Há cerca de doze anos não havia nenhum programa de saúde mental na Prefeitura de Porto Alegre. Em 1991 começaram a ingressar, via concurso, psicólogos na área da Saúde, e, em seguida, organizou-se a I Conferência Municipal de Saúde Mental. Daí saíram algumas diretrizes para a Política de Saúde Mental no município, prevendo um CAIS em cada distrito e as equipes de saúde mental. Isto seria o ideal, mas o projeto sofreu adaptações ao longo dos anos. Durante todo este tempo a idéia era construir esta rede com referências especializadas, como os CAIS para pacientes com psicoses e neuroses graves, bem como referências para o trabalho com pessoas usuárias de substancias químicas. No caso das psicoses, em especial, quando o único recurso disponível é a hospitalização, a história nos mostra no que resulta: pessoas mantidas em regime asilar durante toda sua vida, cronificação da doença e exclusão social. Então a lógica da Reforma Psiquiátrica, da qual compartilho, é reverter a forma como o atendimento em saúde mental vinha se dando, numa lógica hospitalocêntrica. A intenção é que cada vez mais se constituam serviços que possam dar conta do atendimento as pessoas em situação de sofrimento psíquico e que estes se organizem de acordo com o grau de complexidade exigido a cada forma de intervenção terapêutica que se faça necessária. Como a internação era a única forma possível de tratamento para estes casos graves, nós abrimos um processo dentro da Prefeitura, no fórum de Políticas Sociais, que definiu a abertura de alguns serviços para dar conta do atendimento da população que estava excluída da rede de serviços existente. Seriam os moradores de rua, meninos e meninas em situação de risco e doentes mentais. Foram construídos, mais ou menos na mesma época, o CAIS 8, o Abrivivência (abrigo municipal para adultos de rua), a Escola Porto Alegre (aberta, para adolescentes de rua) e a equipe no Centro que trabalha com adolescentes, entre outros.

E - O CAIS 8 começou a funcionar quando?

Cristina - Começamos em janeiro de 1996, mas levamos quatro anos para montar a estrutura do CAD. Tínhamos uma equipe mínima e a casa na qual trabalhávamos antes (na Sarmento Leite) não era muito boa, mas conseguimos convencer a direção da Secretaria da Saúde que precisávamos funcionar de outra forma, precisávamos ter outras condições físicas de trabalho e de sistemática. A lógica deste tipo de serviço é diferente daquela que as unidades de saúde trabalham, com agendamento etc.. Aqui as pessoas vão ser atendidas até cinco vezes no mesmo dia por profissionais diferentes durante o tempo que for necessário. Não é o tempo cronológico que define a intervenção, é o tempo dos doentes. Conseguimos que os administradores entendessem que é possível e que esse serviço tem resultados. Nos SUS (Sistema Único de Saúde) está modalidade de atendimento está prevista e em outros estados existem serviços similares ao nosso. Hoje sabemos que se a gente faz uma intervenção efetiva nas situações de crise é possível que essa pessoa possa ter um outro destino que não a chamada porta giratória da internação psiquiátrica sem critério. Isso entra num projeto de saúde, mas é muito difícil fazer com que a saúde mental tenha um lugar próprio dentro das políticas de saúde. Na Secretaria de Saúde existe uma Comissão Municipal de Saúde Mental, ligada ao Conselho Municipal de Saúde, que busca discutir e ajudar a implantar uma política de saúde mental na cidade.

E - Vocês contaram com a ajuda ou o apoio de alguém para estruturar este CAIS?

Cristina - Muitas instituições que trabalham conosco nos ajudaram, como a Comissão de Direitos Humanos da Assembléia. Hoje temos uma rede de relações institucionais dentro e fora da prefeitura e qualquer ação em saúde pública pressupõe o trabalho integrado das diferentes instituições. Em especial, nas relações de trabalho que temos estabelecido com alguns hospitais que mantém unidades de internação psiquiátrica e ambulatórios, que nos encaminham e que recebem usuários encaminhados por nós para internação (situações de risco de auto e

hetero-agressão), fomos demonstrando as diferenças do nosso trabalho, mas também sua eficácia. As oficinas que realizamos, por exemplo, são muito importantes porque têm um significado para o usuário. Não é ambientoterapia, não é práxis-terapia, não se trata do fazer pelo fazer. O fazer na terapia ocupacional tal como a entendemos é um fazer carregado de sentido, pressupõe que uma palavra ali também possa ser dita. Assim toda a atividade que é feita tem um olhar específico. Um bom exemplo é o caso do paciente novo que começou a mexer no jardim com outros usuários e lembrou que era jardineiro. Depois, nos falou que ficou surpreso porque pode fazer aquilo que gostava. Muito da história de vida dessa pessoa começou a ser contada e re-significada para ele a partir de um simples mexer na terra.

E - Vocês acham que esta estrutura é satisfatória?

Cristina - Acho que as ações em saúde mental devem se constituir nesta situação de rede, porque nenhum serviço vai dar conta de tudo... Não queremos crescer mais, o CAIS deve ficar deste tamanho. Talvez possamos abrir outro em outro ponto da cidade. Mas sabemos que estruturas muito grandes transformam-se muito facilmente em estruturas rígidas e burocráticas. Nosso trabalho, nossa clientela exige que tenhamos alguma mobilidade. Estamos sempre pensando, fazendo e refazendo os dispositivos institucionais. A Clínica assim o exige. Nossa equipe tem quatro psiquiatras, quatro psicólogos, duas enfermeiras, um assistente social, três terapeutas ocupacionais, um professor de Educação Física e mais estagiários. É uma equipe de cerca de 30 pessoas, incluindo apoio (cozinha, limpeza). Aos poucos, acertamos algumas coisas, como o CAD 2, que foi o primeiro que começou. Vamos acertando os dispositivos institucionais de acordo com o resultado que percebemos na nossa ação principal, que é a clínica. Porque nós fazemos clínica sim, interdisciplinar, com contexto social, com intervenção social. Quando estamos na rua fazemos clínica, não assistência social, estamos num lugar de escuta. Aqui o psiquiatra considera que quando dá um remédio este tem um lugar para este paciente. Trabalhamos com as noções de transferência e consideramos as relações transferências que se estabelecem entre o paciente e o terapeuta, bem como com a instituição. Havia um grupo inicial que já pensava este serviço um ano antes de sua formação, agora levamos mais quatro para efetivá-lo. Algumas pessoas, que não tinham este enfoque, até saíram do grupo, que hoje é formado por pessoas que gostam do que fazem. Agora, estamos estruturando um Centro de Estudos para estudar, pensar, teorizar, enfim, produzir textos sobre o que estamos fazendo...

Nós fazemos clínica com contexto social



E - Vocês estão contentes com os resultados alcançados?

Cristina - A sensação é de que estamos começando hoje, porque faz só um ano que funciona com os dispositivos pensados. Mas ainda há uma série de ajustes a serem feitos. É muito bom porque saímos para fora, cuidamos dos nossos casos aqui e olhamos para fora. As redes criam laços para que estas pessoas tenham sustentação fora daqui, estamos sempre nos lançando fora para garantir este percurso para o usuários... No dia 7 de abril, Dia Mundial da Saúde, o tema escolhido para reflexão foi a Saúde Mental, com o slogan: Saúde Mental: Cuidar Sim! Excluir Não... Para nós isso é muito bom, porque sabemos que o maior problema da saúde mental é o acesso ao serviço, porque não é verdade que todos tenham condições de se tratar de forma adequada. Sabemos que muitos problemas se agravam porque as pessoas não têm acesso aos serviços de assistência...

É o tempo dos doentes que define a intervenção



CRP-07 institui prêmio para monografias

Fique atento para o prazo: no período entre 15 de maio e 15 de junho devem ser feitas as inscrições de trabalhos no primeiro prêmio monográfico instituído pelo CRP-07. O tema está na ordem do dia: Formação do Psicólogo: A Prática e a Supervisão. A premiação será dividida em duas categorias – estudantes e profissionais – com seleção dos três melhores colocados em cada uma delas, que vão receber prêmios em dinheiro: R$ 1200 (1º lugar), R$ 800 (2º lugar) e R$ 500 (3º lugar). Além disso, os cinco melhores trabalhos em cada categoria serão publicados pelo CRP-07. A avaliação das monografias inscritas no prêmio será feita por uma comissão julgadora, organizada para este fim. Nos próximos dias os psicólogos estarão recebendo mais informações sobre o prêmio. Em caso de dúvida, é só ligar para o CRP-07.

Conta Revista tem inscrições até abril

Os interessados em inscrever projetos para publicações com financiamento da Conta Revista devem enviar os seus trabalhos para o CRP-07 até o último dia do mês de abril. É da responsabilidade do CRP-07 a seleção e aprovação destes trabalhos, que só então serão encaminhados para o Conselho Federal, onde uma comissão vai avaliá-los de acordo com alguns critérios. Entre estes estão a difusão da Psicologia como ciência e profissão, ter um tema de interesse para o maior número de pessoas, objetivos e metodologia bem definidos, relação adequada entre custo/benefício e conteúdo atual, inovador e emergente.

Atenção:
O CRP-07 não fará atendimento ao público no horário das 12h às 13h até o próximo dia 16 de abril.

opinião

A gente tem sede de quê?

O menino de 9 anos, há três na primeira série, olhou-me e perguntou: "por que eu não consigo aprender a ler?"

D. chegou na escola todo marcado pelo relho de seu pai. Ao ser indagado, falou: "apanhei porque vou rodar".

R. "não pára quieto", diz a professora. Na conversa que tivemos conta sobre a cena de prisão de seu pai, que assistiu e participou durante a madrugada.

Sobre a filha de 15 anos que está na quarta-série a mãe respondeu: "tirei da escola e coloquei prá trabalhar. Ela é cabeça dura, só sabe rodar de ano".

Iris Fátima Alves Campos
psicóloga, graduada pela Unijuí, especialista em Psicanálise na cultura: saber e ética

A partir desses fragmentos, colhidos durante o meu trabalho em escola pública de periferia, inicio este texto, que é em verdade um pré-texto, no qual pretendo abordar a questão do compromisso social que o profissional psicólogo tem ao exercer sua profissão dentro de uma instituição escolar, em especial numa escola pública de periferia urbana.

Entendo que a escola pública é uma instituição muito rica em situações de trabalho. A riqueza do trabalho institucional na escola pública está nas várias questões sociais que nela circulam, na oportunidade que oferece para que a Psicologia coloque-se na interface entre a educação e a saúde, situações que nos permitem uma tomada de posição resgatando nosso trabalho como um trabalho político.

É da escola pública que nos chegam os alarmantes dados de como a instituição tem fracassado no sentido de universalizar o acesso e a permanência das classes populares[1], dados que mostram que a maioria das crianças brasileiras está privada de um direito básico.

A respeito deste conjunto de fenômenos (evasão, repetência...) que chamamos de **fracasso** há uma ampla divulgação de dados, mas eles parecem estar soltos, perdidos num vácuo, porque há uma ausência de coletivos profissionais[2] que chamem sobre si a autoria dos dados. A estatística dá notícias do fenômeno, mas não pode apontar os seus autores. Por estranho que possa parecer, no que se refere ao fracasso escolar, a autoria parece estar unicamente do lado do fracassado.

Somos formados para o respeito com nossos pacientes, para acolhê-los, nosso compromisso maior é com o sujeito. Quando estamos na instituição esse **sujeito** eleva-se como coletivo, coletivo-cidadão. Ocorre que temos uma dificuldade de "passagem". Habituados ao *um*, desconhecemos o coletivo.

Assim, quando não nos autoconvocamos para um trabalho de qualidade que dê conta de interromper este processo de exclusão que é resultado do fracasso escolar é porque não levamos ao extremo nosso compromisso ético com o sujeito e sua singularidade. O darmos de ombros para os dados que as estatísticas trazem mostra que perdemos a capacidade de reconhecer e nomear cada um dos sujeitos excluídos. E, é bom lembrar, que com raríssimas exceções, este que evade... que repete..., que fracassa..., é um velho conhecido nosso, que já passou por nossas salas e foi sujeito de nossas avaliações.

A pergunta que nos cabe responder é porque também nós, profissionais da singularidade, nos deixamos tomar por este sintoma contemporâneo - o individualismo - que consiste em "estar nem aí" para o coletivo, perdido num ideal de autonomia que desconhece a filiação e não assume a paternidade.

Entendo que o IV Congresso Nacional, que nos reunirá em julho, lança um desafio para que possamos refletir também sobre nossa prática nas instituições escolares públicas (ou nossa ausência), um desafio para que possamos nos reunir ao coletivo dos demais profissionais da educação assumindo a co-paternidade pela produção do fracasso escolar na medida em que, muitas vezes, trabalhamos sem nos filiarmos a nenhuma abordagem psicológica, numa mistura de técnicas que se propõem neutras mas que são, na verdade, descomprometidas com o coletivo. E, portanto, a serviço da exclusão, um desafio para pensarmos na conseqüência de práticas ortopédicas, enfim...

1 A problemática do não acesso e não permanência pode ser desmembrada em dados sobre evasão, repetência, enfim dados sobre o fracasso escolar.

2 Coletivo de professores, orientadores, supervisores, psicólogos, pedagogos...

Atenção

Não esqueça de manter seu cadastro atualizado para receber nossas informações. Em caso de mudança, comunique à secretaria do CRP-07.

Abaixo-assinado

Psicanalistas organizam repúdio a projeto de lei para regulamentação da profissão

Está circulando pela Internet um abaixo-assinado em repúdio a um projeto de lei que visa à regulamentação da Psicanálise. O projeto, que se encontra na Comissão de Trabalho da Câmara dos Deputados para análise, foi apresentado pelo deputado e pastor evangélico carioca Eber Silva. O abaixo-assinado, que pretende reunir o maior número de adesões de especialistas, será encaminhado aos parlamentares na tentativa de sensibilizá-los e alertá-los para a gravidade do fato.

Segundo a carta que será encaminhada aos deputados, elaborada por representantes da comunidade psicanalítica brasileira, a regulamentação da profissão de psicanalista é um equívoco porque, entre outros fatores, "o elemento central na formação de um psicanalista é sua análise pessoal, didática, articulada a um longo processo de supervisões e seminários clínicos e teóricos, cuja duração e resultados são impossíveis de serem determinados a priori":

E, ainda,

"lembramos que desde a sua fundação a Psicanálise tem consolidado sua prática, sua ética e projeto de formação do psicanalista através das Sociedades de Psicanálise, sendo que o estabelecimento das condições normativas para regulamentar a função de psicanalista tem sido prerrogativa das referidas Sociedades"

CRP convoca interessados em participar das eleições

O ano é de eleições para os novos conselheiros regionais e federais que vão representar os psicólogos nos CRPs e no CFP pelos próximos três anos. No CRP-07, este processo eleitoral começa no dia 28 de março, com uma reunião aberta a todos os psicólogos interessados e na qual será instalada uma comissão eleitoral, que terá a responsabilidade de acompanhar todas as etapas da escolha dos novos conselheiros. Este encontro também será importante para os psicólogos que tiverem interesse em atuar no CRP-07, já que determinará o prazo para a inscrição de chapas e vai esclarecer os procedimentos necessários para a participação no processo eleitoral.

As eleições dos novos conselheiros são realizadas no dia 27 de agosto (Dia do Psicólogo) e o voto é obrigatório. Os eleitores, bem como os integrantes das chapas concorrentes, devem ser psicólogos inscritos no CRP-07 e estar em dia com a última anuidade.

Não esqueça!

Reunião sobre eleições no CRP-07

Data:
28 de março
Horário:
19h30min
Local:
auditório do CRP-07 (Osvaldo Aranha, 1423/102 – Porto Alegre)

Comissões de Direitos Humanos se encontram em Brasília

O CRP-07 já confirmou sua participação no III Seminário Nacional de Psicologia e Direitos Humanos, que será realizado em Brasília nos dias 19, 20 e 21 de abril. O encontro, promovido pelo Conselho Federal através da sua Comissão de Direitos Humanos e com o apoio de todas as comissões dos CRPs, terá como tema central Psicologia, Direitos Humanos, Epistemologia e Ética.

Assim como aconteceu nos dois encontros anteriores, este vai aprofundar as políticas e a realidade que envolvem a orientação sexual, a tutela psiquiátrica, a infância/adolescência, a situação carcerária, saúde do trabalhador/desemprego, gênero e violência e os direitos humanos na escola. Um dos pontos altos do Seminário serão as mesas redondas *O Projeto da Modernidade, a Ocidentalização do Mundo e os Paradoxos dos Direitos Humanos* (conduzida por Leonardo Avritzer e Roberto Romano) e *O Sujeito Psicológico e os Direitos Humanos: Ideologias em Questão* (com Deise Mancebo, Heliana Conde e Luis Antônio Baptista). O ex-prefeito de Porto Alegre, Raul Pont, será o responsável pela conferência de abertura do encontro, que vai abordar *Direitos Humanos, Epistemologia e Ética.*

Psicólogos do trânsito avaliam nova forma de atuação

A Comissão de Trânsito do CRP-07 agendou para o dia 5 de maio um encontro com a psicóloga Maria José Lamonier, do CRP de Minas Gerais. Maria José, que preside a Câmara do Trânsito do Conselho mineiro, vai falar sobre uma prática que já é realidade em seu estado e que, em breve, deve se tornar comum para todos os psicólogos brasileiros que atuam na área do trânsito: a avalição psicológica de candidatos à habilitação em clínicas específicas para este fim.

Esta mudança, prevista na resolução normativa do Contran, deve ser aprovada pelo Denatran nos próximos meses. Será uma alteração importante na rotina dos psicólogos do trânsito, já que estes deverão montar consultórios apropriados para o trabalho, saindo dos CFCs. O encontro como a psicóloga Maria José Lamonier será importante para avaliar os prós e contras desta situação, pois Minas Gerais é o único estado brasileiro onde os psicólogos já atuam desta forma. Informe-se do local de realização do debate no CRP-07 e reserve esta data para participar. Sua opinião é importante!

Discussões do Fórum Social ganham revista virtual

As duas oficinas promovidas pelo CRP-07 durante o Fórum Social Mundial, através da sua comissão de Políticas Públicas e em convênio com a Ufrgs, apresentaram alguns resultados que foram muito além dos dois dias de encontro. As dezenas de profissionais que se envolveram nas oficinas reconheceram que os encontros aproximaram pessoas que trabalham com os mesmos assuntos, promovendo uma interdisciplinaridade proveitosa. Mas as duas oficinas também acenaram para a importância de existir um espaço virtual para a difusão de conhecimentos na área das políticas públicas. Para isso, foi organizado um grupo de trabalho que está viabilizando a criação de uma revista virtual que ficará disponível na homepage da Ufrgs. Será um espaço democrático para a reflexão sobre práticas cotidianas dos psicólogos, ao qual todos terão acesso e possibilidade de contribuir com seus relatos e experiências.

Abep e Políticas Públicas terão encontro em Salvador

O II Congresso Norte Nordeste, que será realizado de 23 a 25 de maio em Salvador, vai abrigar um Seminário de Políticas Públicas. O encontro, com representantes das comissões dos CRPs, será um momento de apresentação de relatos e trabalhos que estão sendo desenvolvidos nos estados. Paralelo ao Congresso Norte-Nordeste também será realizado o II Encontro Nacional da Abep e o I Seminário Nacional sobre Formação em Psicologia.

Durante o encontro será discutido e colocado para aprovação o regimento da entidade, e também será escolhida sua nova diretoria. Já o seminário tem como objetivo discutir as políticas do ensino da Psicologia, com destaque para as diretrizes curriculares (até hoje não aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação) e a avaliação dos cursos para formação de psicólogos. Além das mesas-redondas, foram programadas para o seminário reuniões com os coordenadores de cursos, de serviços de Psicologia e de docentes de áreas específicas.

agenda

Jornada de Psicologia Clínica da Sociedade de Psicologia do RS
Tema: Temporalidade - A Figura Narcisista e a Transmissão Psíquica entre Gerações
De 3 a 5 de maio na sede da Amrigs, em Porto Alegre
Informações (51) 331.8586 ou www.sprgs.org.br

3ª Jornada do CEPSC
Tema: Relação Terapêutica em Psicoterapia de Orientação Psicanalítica
Dias 6 e 7 de abril em Florianópolis (SC)
Informações (48) 222.3985 ou www.planeta.terra.com.br/saude/cepsc

Jornada de Psicologia do Trabalho da Sociedade de Psicologia do RS
Tema: Tempo de Despertar - a Saúde Emocional nas Organizações
Dias 5 e 6 de abril na Fiergs, em Porto Alegre
Informações (51) 231.3000 ou www.sprgs.org.br

Curso de Formação em Psicoterapias Cognitivas
Inscrições abertas até 15 de abril no Centro de Controle do Stress
Informações (51) 333.2123 ou 328.6366

II Encontro Norte Nordeste de Psicologia
Tema: Psicologia e Realidade Brasileira – Produção Contemporânea e Políticas para o Desenvolvimento
De 23 a 26 de maio em Salvador (BA)
Informações (71) 247.6716 ou www.ufba.br/~conspi

Leitura da Obra de C.G.Jung
Encontros semanais, com psicólogas e psicoterapeutas especialistas
Informações (51) 233.6599 ou 231.2476

VI Fórum Brasileiro de Psicanálise
Tema: Psicanálise, Poder e Transgressão
De 5 a 8 de julho em São Leopoldo (RS)
Inscrições de trabalhos até 31 de março
Informações (51) 221.3292

Núcleo de Estudantes do IEPP
Inscrições abertas para 2001
Informações (51) 333.4801 ou 335.3534

Curso de Formação em Psicoterapia Psicanalítica
Início em março
Inscrições abertas no Instituto Wilfred Bion
Informações (51) 332.3943 ou 335.3443

XIII Congresso Internacional de Terapia Familiar da IFTA
Tema: Desafios à Família no Século 21 – Teoria, Prevenção e Terapia
De 14 a 17 de novembro em Porto Alegre
Inscrições de trabalhos até o dia 15 de abril
Informações (51) 333.8737 ou www.ifta2001.com.br

Coordenação de grupos: experiência teórico-vivencial, Literatura Corporal e Análise Institucional
Encontros semanais no Instituto Pichon-Rivière
Informações (51) 331.7467 ou 223.0570

VIII Jornada Regional de Psiquiatria da Região Sul/ I Congresso Paulista de Psiquiatria
Tema: Integrando a Psiquiatria à Clínica Geral
De 14 a 16 de junho em São Paulo
Inscrições de trabalhos até 27 de abril
Informações (11) 5549.6699

Fale conosco

crp07@portoweb.com.br

18 DE MAIO

O CRP-07 está programando várias atividades em comemoração ao Dia da Luta Antimanicomial, que transcorre em 18 de maio. Mais detalhes na próxima edição do Entrelinhas.

Eleições no Sipergs

A diretoria do Sindicato dos Psicólogos do Rio Grande do Sul informa que as eleições para a escolha da nova direção da entidade será realizada no mês de abril. Ainda há tempo de apresentar chapas para concorrer ao pleito, que tem gestão de três anos. Mais informações pelo telefone (51) 395.2214 ou pelo e-mail

sipergs@terra.com.br

Cursos da Oficina Psi
Inscrições abertas para o Fazer da Clínica; Por que Esquizoanálise?; Coordenação Grupal e Trabalho Comunitário e Subjetividade Infantil
Informações (51) 330.7773 ou 331.061

Plenária Estadual Intersindical do Setor Saúde
Organização do Seminário Estadual
Dia 5 de abril, às 9h, no Centro Administrativo do Estado
Informações (51) 225.1867

Curso de Formação em Psicoterapia Psicanalítica
Início em agosto de 2001
Inscrições no Instituto Wilfred Bion
Informações (51) 332.3943 ou 335.3443

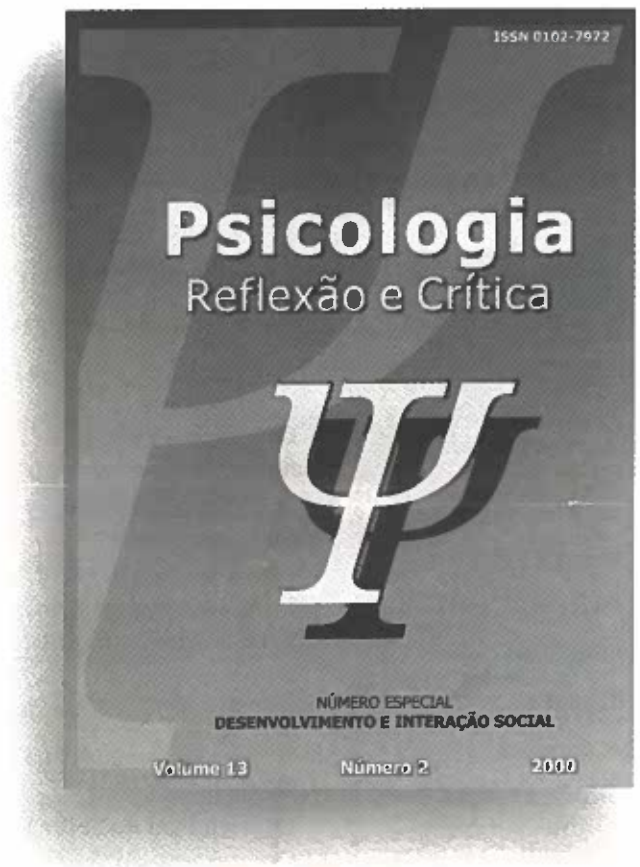
Seminários de Atualização em Infância e Adolescência
Início em abril, junto com outros cursos
Inscrições abertas no Instituto Contemporâneo de Psicanálise e Transdisciplinaridade
Informações (51) 311.7051 ou 311.1951

Reinventando Práticas Coletivas em Trabalho, Educação e Saúde
Início em abril
Inscrições no Instituto Pichon-Rivière
Informações (51) 331.7467 ou 223.0570

Andréa Lompa
Psicóloga, presidente do CRP-07

Desenvolvimento e interação social

Psicologia – Reflexão e Crítica
Publicação da Pós-Graduação em Psicologia da UFRGS
Fone: (51) 3165246
Disponível na Internet pelo SCIELO (Scientific Eletronic Libery Online): www.scielo.br/prc



A Revista Psicologia – Reflexão e Critica é publicada semestralmente pelo Curso de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Sua proposta editorial é a de publicar trabalhos originais na área de Psicologia, como relatos de pesquisa, estudos teóricos, revisões críticas da literatura, comunicações breves sobre pesquisas, relato de experiência profissional, notas técnicas e notícias.

O conjunto de artigos em cada número pretende contribuir para o avanço na produção teórica, seja através da divulgação ou discussão dos temas em proposição. O volume a que me refiro nesta seção - volume 13 nº 2/ 2000 - é um número especial temático em Desenvolvimento e Interação Social, com o enfoque em perspectivas teóricas e metodológicas, organizado pelas editoras convidadas Profª Drª Maria Lúcia Seidl de Moura (UERJ) e Profª Drª Maria C. D. P. Lyra UUFPE), conjuntamente com a editora reponsável pela revista, a psicóloga e professora Sílvia Helena Koller. Neste número contribuem, também, autores de várias universidades do Brasil e do exterior, permitindo-nos conhecer outras linhas de Pesquisa.

Faz-se imprescindível pontuar que trata-se de mais uma produção gaúcha indexada no PsycInfo (Psychological Abstracts), além do LILACS (BIREME), Child Development Abstracts e Bibliography (SRCD), Index – Psi Periódicos (CFP) e Ulrich's International Periodicals Directory. É uma leitura acadêmica, que traz uma diversidade de teorias e métodos para o estudo das relações pessoa-ambiente.

Os textos procuram distanciar-se de uma abordagem tradicional que avalie indivíduo e ambiente como variáveis independentes. Referem-se, sobretudo, ao desenvolvimento na infância e a questões que envolvem a busca de um posicionamento quanto à pesquisa científica acerca de três aspectos fundamentais. São eles Conceituação do Desenvolvimento Psicológico, o significado da Interação Social e do Contexto Histórico-Cultural no Desenvolvimento e a Urgência de uma adequação conceitual entre Aspectos Teóricos e Aspectos Metodológicos.

Artigos da revista

Desenvolvimento na Interação Social e no Contexto Histórico-Cultural: Adequação entre Perspectiva Teórica e Metodológica
Maria C. D. P. Lyra (Universidade Federal de Pernambuco)
Maria Lucia Seidl de Moura (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)

O Desenvolvimento Cognitivo do Ponto de Vista de Enação
Ronald João Jacques Arendt (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)

Fatores Hereditários e Ambientais no Desenvolvimento: A Adoção de uma Perspectiva Interacionista
Vera Silvia Raad Bussad (Universidade de São Paulo)

Desenvolvimento e Contexto Sociocultural: A Gênese da Atividade Mediada nas Interações Iniciais Mãe-Bebê
Maria Lucia Seidl de Moura (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)
Adriana Ferreira Paes Ribas (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)

Desenvolvimento de um Sistema de Relações Historicamente Construído: Contribuições da Comunicação no Início da Vida
Maria C. D. P. Lyra (Universidade Federal de Pernambuco)

Desenvolvimento da Vida Emocional durante o Segundo Ano de Vida: Narrativas e Sistemas Dinâmicos
Andréa P. F. Pantoja (Californiia State University – Chico, EUA)
G. Christina Nelson-Goens (University of Utah, EUA)

Uma Perspectiva Teórico-Metodológico para Análise do Desenvolvimento Humano e do Processo de Investigação
Maria Clotilde Rossetti-Ferreira (Universidade de São Paulo – Ribeirão Preto)
Katia S. Amorim (Universidade de São Paulo – Ribeirão Preto)
Ana Paula S. Silva (Universidade de São Paulo – Ribeirão Preto)

A Epistemologia Genética e Interação Social de Crianças
Maria Lúcia Faria Moro (Universidade Federal do Paraná)

O Contexto Sociocultural e Histórico dos Estudos do Desenvolvimento
Alan Fogel (University of Utah, EUA)

Entre a "Democracia da Literatura" e a Paixão pela Compreensão: Entendendo a Dinâmica do Desenvolvimento
Jaan Valsiner (Clark University, EUA)

É uma leitura acadêmica, que traz uma diversidade de teorias e métodos ... para o estudo das relações pessoa-ambiente.